

DECLÍNIO E ASCENSÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA

Marcos Antônio Lopes
Doutorando em História — FFLCH/USP

Resumo: Este artigo pretende discutir algumas mudanças importantes de um tema clássico da historiografia francesa: a realeza sagrada. Num primeiro momento são abordadas as diversas faces que essa *eterna fênix* assumiu no *Ancien Régime*. O desdobramento dessa análise enfoca as metamorfoses historiográficas verificadas no interior da temática ao longo do século XX, bem como as últimas tendências da pesquisa no domínio do Estado monárquico europeu. Procura-se demonstrar como um dos mais antigos temas da história do Ocidente ressurge uma vez mais das cinzas levantadas pela curiosidade de uma História Política rejuvenescida.

Palavras-chave: realeza sagrada; ritualidade política; historiografia; *Ancien Régime*; Estado monárquico.

Abstract: This article intends to discuss some important changes in the classical theme of french historiography: the sacred kingship. In the first place, there are attacks on the diverse aspects that this *eternal phoenix* assumed in the ancient regime. The unfolding of this analysis focuses on the historiographical metamorphosis verified in the inside of the theme alongside the 20th Century, as well as the latest tendencies of the inquiry in the dominion of the European monarchy state. One looks to demonstrate how one of the most ancient themes of history of the Western Hemisphere resurges one more time from the ashes, raised by the curiosity of a rejuvenated political history.

Key-words: sacred kingship; political ritualism; historiography; Ancient Regime; monarchy state.

A - Horizontes teóricos do Estado monárquico no Ancien Régime

"A História foi, durante demasiado tempo, a história exclusiva dos Estados. Deveremos, como reação, retirar o Estado da História?"

Pierre Chaunu

A História do Estado monárquico na França possui uma longa tradição e suas raízes mais profundas podem ser alcançadas no longínquo século XIII com as *Grandes Crônicas de França*¹, narrada em francês pelos monges de Saint-Denis desde 1274, sob os auspícios dos reis. A história das estruturas políticas do Antigo Regime, e o processo de construção do Estado francês integram esta tradição, constituindo-se em temas recorrentes de um verdadeiro dilúvio de literatura política e histórica, que se acumula com traços mais nítidos desde o século XVI.

Em um curioso e ousado livro sobre as origens do pensamento histórico no Ocidente moderno George. Huppert² tentou demonstrar de que forma, e por quais vias, na segunda metade do século XVI, puxou-se os primeiros fios do velho e empoeirado tecido da história pedagógica, no padrão *espelhos de príncipes* da Baixa Idade Média.

Desde a Antiguidade Clássica que se conheceu no Ocidente uma literatura voltada para a formação moral dos homens de Estado. Na Idade Média, os *espelhos de príncipes* mantêm esta tradição literária. Produzidos por clérigos, os *miroir des princes* medievais dedicam-se a realçar as virtudes cristãs mais adequadas para a condução do bom governo e que deviam ser cultivadas entre os príncipes, reis e imperadores.

A Época Moderna, à sua maneira, deu seqüência a este tipo de literatura política. No século XVII, muitos escritores políticos, defensores do absolutismo, se ocuparam em traçar normas para a condução dos governantes pela via da prudência, justiça, caridade e sabedoria, entre tantas outras virtudes de um extenso catálogo. Mas o fizeram por meio de exortações bem menos diretas e doutrinárias pelo emprego de um método discursivo claramente mais teórico e abstrato, até porque a realeza no século XVII tende a sobrepor-se a todos. Ao dirigir-se ao soberano absoluto era preciso modular a ênfase. Para G. Huppert, os eruditos da Renascença francesa, influenciados pelas novas orientações surgidas na Itália no domínio da pesquisa histórica, acabaram por fundar um novo paradigma historiográfico.

Assim, no círculo de juristas e humanistas franceses do século XVI, praticamente todas as idéias familiares à historiografia contemporânea, nos moldes teórico-metodológicos do século XIX, já se encontra-

riam presentes e ocupando uma posição central nas preocupações dos eruditos à época das Guerras de Religião: *"é impossível dizer que a historiografia nasceu da descoberta da crítica histórica no século XIX pois esta era coisa antiga"*³. No mesmo sentido, Georges Lefebvre afirmou que *"nesse terreno a França foi a iniciadora. A erudição francesa do século XVI foi, com efeito, um bosquejo da erudição do século XIX"*⁴.

É quase certo que Huppert tenha acentuado demasiadamente esse caráter modernizante, ou melhor, inovador da historiografia francesa do século XVI. Isto porque a Renascença francesa também sofreu o impacto de ressurgências do lendário e do maravilhoso proporcionadas pela expansão européia. Na França do período, produziram-se inúmeros compêndios narrando fatos extraordinários num verdadeiro desfile de enciclopédias do fantástico. Na reflexão de Charles-Olivier Carbonell, *"seria uma ingenuidade perigosa considerar a historiografia dos humanistas, ainda que bastante diversificada, sob o ângulo exclusivo do progresso. Arcaísmo e conformismo caracterizam muitas vezes uma produção cuja modernidade não se deve exagerar"*⁵.

Nesse período, a distinção entre fontes primárias e de segunda mão tornou-se um dado preciso entre os eruditos. Dessa maneira, a crítica histórica "forçava" ou "empurrava" a novas abordagens. A etiqueta *histoire nouvelle*, então empregada pelos historiadores da Renascença francesa para expressar uma maneira diferente de conceber a História e manifestar uma nova liberdade de espírito, reflete uma radical emancipação do tradicional esquema cristão de se escrever a História.

A clara consciência de um alargamento das possibilidades da História, trabalhada em novos termos temáticos e metodológicos, levou os eruditos a pensar no advento de uma *História Perfeita*. Nesse meio intelectual, a História deixou de ser, durante mais ou menos meio século, simples literatura encomiástica ou "romance dos reis"⁶, elevando-se à condição de disciplina rigorosa, fundada na pesquisa empírica e na crítica bem cuidada das fontes: *"forjam-se então na época os utensílios da erudição e organizam-se os laboratórios da História"*⁷.

A *Histoire Nouvelle* do século XVI inova pela amplificação da perspectiva e pela metodologia de trabalho. Paralelamente ao projeto de uma História "total", no sentido de abarcar uma história universal, muito além das *Grandes Crônicas de França*, os historiadores novos pretendiam se orientar por uma rigorosa crítica documental.

A *História Perfeita* do século XVI, herdeira direta do humanismo crítico italiano, quis ousar e ousou completamente. Representa sem dúvida um ponto de mutação importante ao virar as costas para esquemas historiográficos muito celebrados, como a crônica patriótica, fundada em mitos, e a história dos reis cristianíssimos e suas virtudes heróicas, à moda das *Grandes Crônicas*.

Apoiada em fontes escritas, e renegando a tutela teológica que acompanhou a História desde Gregório de Tours (*História dos Francos*) no século VI, a "*História Perfeita*" nutriu a ilusão de que a razão empregada ao estudo do passado havia alcançado a verdade. A exploração do mítico e do lendário se eclipsara por um breve momento. Etienne Pasquier, autor de *Recherches de l'Histoire de la France* em 1560, talvez seja o modelo mais acabado das novas tendências nos estudos históricos. Jurista e deputado dos Estados Gerais de Blois, Pasquier escreve suas *Pesquisas* sob a turbulência das Guerras de Religião. A primeira edição fora retomada e aumentada por várias vezes⁸.

Apesar de suas contribuições inovadoras no domínio do trabalho intelectual, nem mesmo Pasquier conseguiu escapar à condição de súdito fiel dos últimos Valois e não demorou muito a se converter num valoroso partidário de Henrique IV, o que coloca sua História numa relação de estreita proximidade com o poder real.

Com efeito, na Época Moderna, "*a História está historicamente ligada à construção do Estado*" (P. Chaunu). Até mesmo a História dos humanistas do século XVI, porque o meio togado também se ocupou em levar a sua pedra ao edifício do Estado monárquico, cuja principal ferramenta era a formação jurídica. Entretanto, é preciso considerar que, apesar de suas relações com o centro do poder, a *História Perfeita*, não se confunde mais pura e simplesmente com a monarquia. É nesse sentido que ela representa um elo rompido na cadeia da ficção épica dos historiadores-mitógrafos da Idade Média e do *Ancien Régime*.

Apesar de suas inovações, é necessário apreender a *Histoire Nouvelle* do século XVI como um movimento de superfície, como um pequeno foco de fissura na complicada tapeçaria literária do Antigo Regime, conservadora de inúmeros temas e estilos muito antigos datando de vários séculos. Empenhada na consolidação do poder real, por meio da sólida formação jurídica de seus representantes, o original e ambicioso projeto de uma *História Nova* acabou por se revelar estéril, não produzindo eco no século XVII⁹.

No contexto da Contra-Reforma, no que se refere ao campo da História, verifica-se o fenômeno que Pierre Chaunu denomina de "parêntese cartesiano". Dessa forma, este autor destaca a razão anti-historicista da revolução cartesiana: ao matematizar o universo e a natureza, Descartes acabou por levar a um profundo desprestígio da História, disciplina muito pouco rigorosa para nutrir a pretensão de explicar os princípios que regem a humanidade.

Certamente, as pesquisas dos eruditos franceses da segunda metade do século XVI refletem uma pálida imagem, formam um pequeno embrião que não pôde encontrar campo fértil para medrar. Para Roger

Chartier¹⁰, sob o aspecto historiográfico, o século XVII é o “indício de uma aliança desfeita” entre um novo questionário e uma nova crítica, ou seja, o projeto de uma História mais ampla escrita em bases mais rigorosas.

A Idade Clássica não foi um bom tempo para a História. Como notou Georges Lefebvre¹¹, a historiografia francesa do século XVII retrocede pelo ímpeto da Contra-Reforma, pelos efeitos nocivos de seus desdobramentos como a diminuição de liberdade de criação muito desfavorecida pela presença do Estado Barroco. No dizer de P. Chaunu, no século XVII a Europa assiste ao triunfo dos Estados territorialmente medianos, com a inequívoca vantagem de ganhar em profundidade o que perderam em extensão¹².

O *Ancien Régime* era uma construção solidamente alicerçada sobre um sistema de representação no qual a credulidade é um dos traços mais característicos. Isto porque o Antigo Regime foi um conjunto complexo que continuou expressando a si mesmo, através do pensamento político, no quadro amplo de uma perspectiva cosmológica e pelo recurso de imagens simbólicas cujas origens se perdem nos séculos da Idade Média. Daí o retorno e o império absoluto na historiografia do *Grand Siècle*, do mítico e do lendário, em contraste com os avanços significativos do período anterior.

Ao triunfo da História Sagrada, e ao retorno do rico elenco de mitos políticos da velha França, seguiu-se um período de decadência na historiografia Ocidental, uma vez que o “método” esboçado pelos humanistas franceses não teve descendência. Esse retrocesso coincide com um longo intervalo de turbulências políticas e sociais que sacudiram a França ao longo de quase todo o século XVII. Dessa forma, não parece arriscado afirmar que o empobrecimento metodológico verificado nas obras de história dessa época sofreu a influência dessas crises e cada autor, à maneira das velhas *crônicas patrióticas*, prestará o seu contributo para o retorno da paz e da “salvação pública” do reino.

As crises de insegurança que fizeram dos séculos XVI e XVII uma “idade da inquietude” francesa, com suas guerras civis e revoltas camponesas, convocam a História a se engajar na luta pela reconstrução do Estado monárquico. O texto de História nesse tempo é um discurso sobre a realza, centro vital da sociedade política e como que seu ponto de equilíbrio. A imagem do príncipe cristão, identificado com a monarquia, mais do que em qualquer outra época, constitui-se no centro da narrativa histórica. Na interpretação de Jacques Le Brun, o século XVII francês assistiu ao desabrochar de uma autêntica “idolatria monárquica”¹³.

As *Histórias da França* produzidas na época são sintomáticas dessa devoção à realeza. Em sua *Histoire de France*, um dos historiadores de maior expressão no século XVII, o padre G. Daniel reflete esta tendência ao observar que a história converge para a realeza, ou seja, em direção ao príncipe virtuoso: “A História de um reino ou de uma nação tem por objeto o Príncipe e o Estado; este é o centro para onde tudo deve tender e se relacionar”¹⁴. Referindo-se a essa mesma passagem, Roger Chartier acrescenta que “à sua maneira, todas as Histórias da França do século XVII correspondem a esse programa (quer tenham ou não sido encomendadas ou patrocinadas pelo Estado) e, por isso, se conformam às exigências do poder soberano”¹⁵.

Com efeito, a História ao longo do século XVII, acabou por se transformar num eficiente instrumento de propaganda do Estado monárquico. E isto foi possível porque a História já contava com seu público. Como notou Pierre Chaunu, “a necessidade de leitura da História é uma necessidade que surgiu entre o final do século XVI e o princípio do século XVII como um fato de cultura totalmente autônomo da instituição escolar, um fato de cultura tão poderoso como uma vaga de fundo, espontânea”¹⁶. Mas esta História é predominantemente uma narrativa “desfigurada pela fábula” (Voltaire), um discurso encomiástico da dinastia capetíngia ou do príncipe reinante em sua glória¹⁷.

Dentro do “projeto” de construção do Estado monárquico francês os “historiadores” assumiram papéis importantes. A função de historiógrafo sempre havia sido patrocinada na França medieval por reis e nobres. Cada grande casa senhorial na Idade Média possuía o seu historiógrafo, cuja principal função era relatar feitos heróicos. Nos séculos XVI e XVII, e ainda mais no XVIII, o Estado amplia o número de pensões a esses profissionais. A glorificação do reino e do Príncipe mantém-se como objeto central do discurso. A realeza heróica, que com a graça divina derrota as forças desagregadoras e retoma a paz do reino, persiste como tema privilegiado. O desejo de glória, maior anseio dos príncipes da Idade Clássica, favorece a atividade dessa história literária. Numa época de afirmação de Estados, a ostentação de poder e prestígio impressiona dentro e fora do reino.

Mas há também uma face mais pragmática nas atribuições da História no *Ancien Régime*. Com a crescente amplificação das funções do Estado monárquico, cuja máquina governamental engordou e se expandiu para as áreas mais periféricas do reino, assiste-se ao fenômeno da burocratização; o que requer, além de recursos orçamentários cada vez maiores, elemento humano com capacitação em muitas áreas da administração estatal.

É certo que existiram na França Moderna dois tipos distintos de historiadores: primeiramente, os que fazem literatura apologetica, encar-

regada de celebrar dinastias e “testas coroadas” em exercício, os chamados historiógrafos, mantidos por pensões e gratificações do rei¹⁸. Mas num tempo marcado por guerras, disputas de fronteiras e anexações, em que a política estrangeira requer cada vez mais homens diplomaticamente capacitados, é à categoria dos juristas eruditos que o Estado irá recorrer. Serão esses os responsáveis pela cultura histórica e formação política de príncipes e dos altos servidores da monarquia.

Difícilmente em qualquer tempo, a História foi tão refém do poder. Em qualquer um dos gêneros que conheceu no Antigo Regime, a História não escapou do cativeiro das lições morais e das máximas políticas, até porque sua principal função na época era pedagógica: instruir os homens que conduzem a nação, porque as grandes causas se repetem e a esses cabe, até certo ponto, uma determinada previsão dos fatos. O prestígio da monarquia francesa, entre os demais Estados europeus, está dessa maneira ligado à História, concebida como *Magistra vitae*: “compreende-se assim, melhor, a vocação política da História e porque a História permaneceu por muito tempo ligada aos assuntos políticos, às versões das guerras e conquistas: desde os primeiros relatos faraônicos até o século XIX, durante vários milênios”¹⁹.

E o tema político por excelência é o do monarca de direito divino. Com efeito, desde os primeiros reis carolíngios se fundou na França uma forte tradição monarquista, marcada em certos contextos por sucessivos declínios e ascensões de poder e prestígio. O mito fundador de uma realeza sagrada, bafejada em seu berço pela Providência, na forma de um óleo santo trazido do espaço misterioso por uma pomba, está na raiz do fascínio exercido na França por seus reis. Como recorda Philippe Ariès, a historiografia francesa sempre esteve marcada pelo mito régio, que enfraquecido em determinadas épocas, como no contexto das lutas religiosas, ressurgiu triunfal das próprias cinzas. Ernst Kantorowicz²⁰ já havia observado que a realeza em França fora simbolizada por uma fênix, para ilustrar a máxima de que o rei nunca morre.

Assim sendo, é natural que a realeza persista sendo celebrada no *Grand Siècle*, e até no *Século das Luzes*, como uma liturgia sacro-política por parte de historiógrafos e escritores políticos. A temática do rei-deus, imagem recorrente na *Politique* de Bossuet (“Vós sois Deus sobre a terra”) havia se tornado bem pouco original na literatura de circunstância do século XVII.

Outro lugar-comum, tanto nas obras de História quanto nas de reflexão política, é o tema do “amor e temor ao rei”²¹; que deve ser tanto maior quanto mais o príncipe cristão se aproxime da imagem de Deus. Para Bossuet, por exemplo, há uma “atração natural dos povos por

seus príncipes²² de onde nascem disputas acirradas entre aqueles que querem servir melhor a seu rei. Esse fascínio pelo primaz da política foi descrito de forma mais divertida pelo memorialista de costumes Jean de La Bruyère: *"Quem considerar que o rosto do príncipe faz a felicidade do cortesão, que se preocupa e se contenta, durante toda sua vida, em vê-lo e ser visto por ele, compreenderá um pouco como ver Deus pode fazer toda a glória e toda a felicidade dos santos"*²³.

No dizer de Ernst Kantorowicz²⁴, na Inglaterra do século XVI, a realeza ainda era um "hieróglifo cripto-teológico". Este enfoque talvez seja muito mais válido para a realeza francesa durante quase todo o *Ancien Régime*, exceção feita aos últimos tempos desse período, na fase mais aguda da burocratização do Estado monárquico ocorrida ao fim do reinado de Luís XIV.

De acordo com Ernst Cassirer²⁵, a lenta e progressiva perda de transcendência da esfera política, processo iniciado com os juristas dos séculos XII e XIII em seus combates teóricos contra a tutela teológica no pensamento político, só se fará sentir de forma mais contundente no início do século XVIII. De fato, no início do século XVIII boa parte dos cerimoniais monárquicos haviam se revelado uma liturgia política oca, sem a penetração e o prestígio que possuía em outros tempos. Mutações importantes já haviam ocorrido nos cerimoniais reais desde o advento de Luís XIII, no início do século XVII.

Ao inaugurar o reinado com um *Lit de justice*, reunião especial do Parlamento, cujo cerimonial se desenvolvia no sentido de afirmar a dignidade do rei sobre os parlamentares, logo após a morte de Henrique IV, mesmo antes da sagração, Maria de Médicis e os mestres de cerimônia acabaram por dar um golpe no protocolo sucessorial, obscurecendo pela primeira vez o sentido simbólico dos cerimoniais da realeza. Este golpe no cerimonial monárquico implicou em um certo esvaziamento simbólico dos funerais reais, porque a partir de Henrique IV não é o sepultamento do rei que marca o fim do interregno, mas a própria morte.

Nesse sentido, a transmissão de poderes se faz logo. Tal episódio tinha se verificado muito poucas vezes na história da França, e em condições especiais. Este é particularmente o caso de Luís IX, que havia morrido na África durante uma cruzada. Distante o cadáver do rei para a execução do protocolo funerário, seu sucessor assumiu prontamente. Como afirma Emmanuel Le Roy Ladurie, com o advento de Luís XIII, *"... o novo príncipe como sol ou fênix, emerge em sua realeza, sem esperar, nos minutos que seguem a passagem de seu genitor ou de seu ascendente"*²⁶.

Conforme demonstra a tese de Jean-Marie Apostolides²⁷, a unidade de liderança de Luís XIV passou a ser insuficiente para controlar todas

aquelas funções mais importantes do aparelho de Estado. Isto porque esse tempo assistiu a um alargamento de funções sem precedentes na história do Estado monárquico francês. A solução abraçada com muita relutância foi a coordenação setorial, sem mais a presença efetiva do rei para deliberar sobre tudo. Pelo aumento das dimensões e complexidade da máquina governamental, o rei deixa de ser o seu único "maquinista".

O velho estilo literário medieval dos *espelhos de príncipes*, adaptado e aprimorado como esquema historiográfico ao longo do Antigo Regime, foi o "fio metodológico" condutor de inúmeras Histórias da França produzidas no século XVII. Ao lado do catecismo do príncipe virtuoso, para guiá-lo no caminho reto rumo à salvação pública, há uma valorização da realeza como centro sagrado, como ponto de equilíbrio e princípio organizador da sociedade política. O *Grand Siècle* assistiu ao triunfo da pedagogia real na historiografia, ao retorno dos *miroir des princes* juntamente com uma semi-divinização da realeza. Para Georges Durand, estas perspectivas convergem vigorosamente "... porque tudo depende do príncipe como único detentor da autoridade"²⁸.

A História não pôde escapar a este império do príncipe. O *Ancien Régime* produziu uma avalanche de textos políticos e históricos cujo núcleo temático é a monarquia. Entre obras de até 30 páginas e trabalhos menores, considerados na categoria de panfletos, a *Bibliothèque Nationale* reúne cerca de 7500 títulos, que vão de 1610 a 1715.

No Antigo Regime, eruditos e historiógrafos se encontram diante de um espaço institucional limitado. O número de cargos é pequeno e a nomeação de um profissional sempre passa pela interferência pessoal do rei: "*a História nos Tempos Modernos (...) carecia de um posto. Assim foi até a Revolução Francesa, e inclusive depois*"²⁹. Dessa maneira, é compreensível que os textos de História estejam orientados pelo Estado.

O Estado absolutista francês instala-se no topo de uma complexa pirâmide de hierarquias. Se em sua "política estrangeira" não admite nenhuma potência acima de si mesmo, no interior do reino sufoca qualquer discurso que seja desfavorável à propaganda monárquica³⁰. Refira-se de passagem que os detratores de Luís XIV, não conseguindo publicação na França, editavam na Bélgica, Holanda e cidades alemãs, de onde as obras faziam um percurso inverso.

Os modelos de História existentes no século XVII, entre os quais se encontram crônicas universais, histórias patrióticas, biografias e memórias, quase sempre são discursos "engagés", cujo tom predominantemente lealista e patriótico milita num sentido desprovido de ambigüidades: a afirmação da identidade nacional ancorada num passado mítico que fez da coroa da França a primeira da cristandade.

Como afirma Roger Chartier, esse esquema historiográfico leva inequivocamente ao *"alistamento da História a serviço da glória monárquica e da exaltação do Príncipe"*³¹. Para Philippe Ariès, no mesmo sentido, *"a História da França tem por objetivo honrar a França e seus reis. (...) A História da França responde a uma forma particular de patriotismo que foi a do Antigo Regime"*³²; patriotismo esse entendido dentro dos valores da formação cultural do contexto, na qual se destaca a glória do príncipe e a reputação do reino.

Ao longo de três séculos o Estado monárquico administrou com competência a memória do reino, a ponto de fazer da História, na segunda metade do século XVII, uma História Imediata. Nicole Ferrier-Caverivière³³ demonstrou como a imagem absorvente de Luís XIV aprofundou esta relação de comando e subserviência a um nível inconcebível em qualquer Estado europeu da Época Moderna. Esse império da realeza solar sobre a memória foi tão avassalador a ponto de se falar na elaboração do primeiro *marketing* político do Ocidente³⁴.

No *Século das Luzes* a História adquiriu algumas novas faces. Mas no essencial, manteve-se como uma História Política ainda muito engajada. Georges Lefebvre³⁵ assinalou que a característica predominante da historiografia, do Renascimento ao século XVIII, foi a de ter servido como meio para fazer o elogio da nação numa época de afirmação dos Estados. Mas a ruína dessa tendência, enquanto modelo dominante, vinha sendo preparada lenta e esparsamente.

Na *Época da Ilustração* a História irá anexar pouco a pouco departamentos até então inexplorados ou sequer visualizados pelos especialistas da área. Verifica-se nesse período uma notável oscilação no domínio da História, cujo eco se fará sentir no século XIX. Por influxo de *"metodólogos"* da História, como Voltaire, muitos temas de interesse para a pesquisa histórica, mas até então sequer cogitados, ganham dignidade historiográfica. Metodologicamente falando, Voltaire será o fundador ao mesmo tempo que o responsável pela irradiação de uma História rejuvenescida. Como observou Charles-Olivier Carbonell, a contribuição do autor para o aparecimento de uma nova História foi de uma *"singular modernidade"*³⁶.

Tal oscilação historiográfica, ocorrida a partir de um refinamento de enfoque, foi enriquecida pelo emprego sistemático da erudição, de uma quase hipercrítica das fontes. Contudo, *"mitos e mitologias políticas"*³⁷ da velha França ainda perpassam a historiografia de quase todo o século XVIII: os mitos de Francion, filho de Heitor, ligado à idéia de uma origem troiana, e do reino do lendário Pharamond como o berço da história da França, persistem em alguns autores. Servidora subserviente da realeza no Antigo Regime, a História foi por esta época meio eficiente de manipulação da memória ao serviço do poder real; enraíza dessa forma a realeza num espaço mítico e sagrado.

A velha História Política experimenta algumas rudes desventuras no *Século das Luzes*, mas não estava morta. Apesar de Voltaire ter ampliado o questionário da História expressando o desejo de conhecer “a história dos homens em lugar de se saber uma pequena parte da história dos reis e das cortes”³⁸, a História mantém-se como um discurso sobre o Estado, como elogio de “testas coroadas”, como ele mesmo gostava de se expressar. O profissional da História continua fazendo homenagens obrigadas, até porque sua posição ocupacional ainda é muito movediça. Apesar de uma certa expansão no setor, e o próprio Voltaire ocupou o cargo de historiógrafo de Luís XV, há pouco espaço para os obreiros da oficina da História.

As transformações conhecidas pela História Política serão importantes, mas seus efeitos benéficos se farão sentir de forma consistente ainda muito tempo depois. As linhagens de reis e homens de Estado formam a galeria mais prestigiada por Clio. Até mesmo Voltaire não escapou da sedução dos grandes homens. Seu monumental *O século de Luís XIV* é quase todo ele um Luís XIV no século, principalmente quando exprime que muitas e grandes obras foram feitas em seu reinado e era ele mesmo quem as fazia.

A presença do rei na narrativa é um desfile de hipérboles: “Nenhum dos exagerados censores de Luís XIV deixará de convir que foi (...) o único poderoso, o único magnífico, o único grande, em quase todas as ordens. Porque, ainda que houvesse heróis como J. Sobieski e reis de Suécia, que o eclipsaram como guerreiro, nada o eclipsou como monarca. É preciso confessar também que suportou e remediou suas desgraças. Teve defeitos, cometeu grandes erros; mas os que o condenam o igualariam se tivessem em seu lugar?”³⁹.

Uma síntese do monarca em triunfo sobre a própria história encontra-se um pouco mais à frente: “... suas grandes qualidades e suas ações postas junto a seus erros têm inclinado a seu favor o fiel da balança. O tempo, que faz amadurecer as opiniões dos homens, tem consagrado sua reputação; e apesar de tudo o que se tem escrito contra ele, não se pronunciará nunca seu nome sem respeito e sem unir a ele a idéia de um século eternamente memorável”⁴⁰. Para o filósofo iluminista, Luís XIV é um déspota esclarecido “avant la lettre”, um incentivador das letras e das artes sem paralelo na história da Europa Moderna⁴¹.

O mesmo emprego utilitário da História, em suas relações com o poder, pode partir de concepções completamente afastadas tanto no tempo quanto no plano teórico. Nesse sentido, muita razão parece ter Georges Lefebvre ao afirmar que “... Bossuet escreveu *ad usum Delphine* seu *Discurso sobre a História Universal* (...), e Voltaire não deixou de pensar, ao escrever seus *Livros de História*, no “déspota esclarecido”, o príncipe filósofo por quem pronunciava seus anseios”⁴².

Duas correntes de História Política se destacam na fixação dos esquemas historiográficos dominantes sobre o Estado monárquico do *Ancien Régime* no século XIX: a escola conservadora e aristocrática da Restauração⁴³ e a vertente liberal-republicana. As matrizes dessas visões tão díspares podem ser buscadas no memorialista de corte Saint-Simon e em Voltaire.

O duque de Saint-Simon não exerceu qualquer influência no século XVIII. Sua extensa obra, que os especialistas destacam pela elegância literária tanto quanto pelo sentimento aristocrático, só foi descoberta no século XIX⁴⁴. Para Saint-Simon, o Estado monárquico desencadeou a dissolução das autonomias provinciais, o que não seria tão negativo se a monarquia não tivesse reduzido a nobreza ao servilismo, constituindo a fase luiscatorziana no "longo reino da vil burguesia".

Apesar das aparências, não há nada em Saint-Simon que exprima um sentimento anti-monárquico. Ao lado de suas *Mémoires* figura um *Parallèle des trois rois Bourbons* repleto de sincera devoção pessoal e familiar a Henrique IV e Luís XIII. Sua incompreensão era para com Luís XIV a quem classificava como um "espírito abaixo de medíocre". Inúmeras outras crônicas e memórias foram alinhadas pela História conservadora para fazer coro aos textos saint-simonianos no século XIX⁴⁵.

Segundo Philippe Ariès, a historiografia conservadora do século XIX, alimentada por fontes literárias como os memorialistas aristocratas e os historiógrafos a soldo real, "expressa a lenda da monarquia perdida." Para este autor, as "imagens monarquistas" refletem uma profunda saudade e como que uma nostalgia da França do Antigo Regime, constituindo-se numa recorrência ainda muito marcante até os anos 1920 no círculo da *Action Française*. As obras de historiadores monarquistas como Jacques Bainville e Pierre Gaxotte, as duas maiores expressões da chamada "escola capetiana do século XX", sempre militaram no sentido de uma reabilitação da monarquia.

Apesar do primeiro posto, indiscutivelmente ocupado pela História Política, o século XIX foi uma época mais fecunda em tendências. Até mesmo os séculos XVII e XVIII haviam se revelado criativos na elaboração de gêneros históricos maiores e menores como as Histórias da França, a História dos povos exóticos do Novo Mundo e do Oriente, além das memórias e diários que fizeram época no *Século das Luzes*.

Da mesma forma, a historiografia francesa do século passado não é um tecido contínuo e uniforme. A dizer verdade, as costuras e emendas foram feitas em tantos pontos e direções, a ponto de se ter alcançado um xadrez rico em tonalidades. Convivendo quase ao mesmo tempo, há a História "total" de Michelet, com suas raízes voltaireanas:

a História Política tem um posto garantido, mas abre-se um espaço maior para a religião e as crenças, as artes e as idéias. Até o povo eleva-se à dignidade de tema histórico, introduzido por Michelet no universo das preocupações da História, que deveria enfocar todas as manifestações de uma nação, concebida romanticamente como uma “ressurreição integral do passado”.

Há também uma História universitária marcada pelo mito da objetividade científica, à moda da clássica máxima “rankeana”: “como as coisas se passaram exatamente”. Estendida às primeiras décadas do século XX, foi esta História Política e Institucional, esta “História historizante de pernas curtas”, que entrou na principal linha de fogo da artilharia de Lucien Febvre.

Existiu ainda uma História Política surgida nos meios liberais e conservadores, que no debate político, define as duas tendências predominantes na historiografia do século XIX: a volta ao passado e os pés firmes no presente. À “escola liberal”, a qual se vinculam nomes como Jules Michelet, Adolphe Thiers, François Guizot e Augustin Thierry, coube o enfrentamento com as novas e às vezes estranhas recorrências do Antigo Regime, fazendo recordar à aristocracia empedernida e aos “sebastianistas monárquicos” do tempo que a Revolução Francesa nasceu exatamente por força dos “velhos e bons tempos” da monarquia absolutista⁴⁶.

Concebido historiograficamente, o século XIX foi um século de combates. Toda a historiografia que realça o papel criativo do Estado monárquico, no sentido de ter atuado como agente modelador da nova ordem liberal-burguesa, é herdeira do Iluminismo por via direta. Em seu *O século de Luís XIV*, publicado em 1751, Voltaire enfatizara a grande missão histórica do Estado monárquico: a superação da barbárie feudal transformada pela monarquia em “escombros de um edifício gótico em ruínas”.

B. Ritualidade política e simbolismo: a nova História do Estado na França Moderna

“O que se encontra nestas caminhadas é sempre o poder e o sagrado”.

Georges Balandier

Demonstrar todas as metamorfoses de um tema tão antigo quanto clássico é tarefa impossível. O volume avassalador de obras e a diver-

sidade das interpretações inibem qualquer esforço individual de síntese ou balanço historiográfico⁴⁷. Conforme lembra a historiadora soviética A. D. Lublinskaya⁴⁸, o Estado monárquico da Época Moderna é um daqueles temas cuja historiografia nasce praticamente com o fenômeno que estuda. No dizer de Sarah Hanley Madden “cinco séculos de historiografia deveriam desencorajar toda nova pesquisa”⁴⁹. No mesmo sentido, Philippe Ariès enfatiza que “nossos velhos historiadores deixaram pesados e grossos volumes, e sua leitura desencoraja o leitor moderno, que se tornou indiferente à história dos reis”⁵⁰.

De fato, a história da construção do Estado monárquico na França é um gigantesco canteiro de obras, um universo historiográfico em contínua expansão. Com o novo prestígio da História Política, a cada dia surgem novos livros⁵¹ e se redescobrem outros⁵². Em vários periódicos franceses de História se avolumam artigos abordando variados aspectos do Estado no Antigo Regime, incluindo a revista *Annales* onde o espaço para a História Política sempre fora muito restrito.

A partir do final da década de 60, verifica-se um notável interesse pelo estudo dos ritos políticos da realeza⁵³, desenvolvidos ou reelaborados em fins da Idade Média, alcançando em plena força o século XVII⁵⁴. Tais ritos foram considerados pelos mestres de cerimônias do período como o cerimonial do Estado, cada um condensando funções simbólicas importantes na fundação de uma nova linguagem do poder real. Há uma ênfase colocada sobre certos aspectos simbólicos da realeza, aqueles elementos do poder não explicitamente políticos, mas que estavam carregados de funções políticas importantes em meio ao processo de afirmação do poder real⁵⁵.

À nova História do Estado no *Ancien Régime*, interessada principalmente pelo estudo dos sistemas de poder e sua inserção no contexto de uma sociedade fortemente regida pelas dimensões simbólicas dos fenômenos políticos, o enfoque característico do século XVII acerca da realeza é por demais fecundo. Isto porque permite estudar práticas importantes, que por muito tempo não foram vistas senão como obscurantismo ou folclore monárquico, pela historiografia do século XIX e primeira metade do século XX, excessivamente preocupada com os aspectos jurídicos e doutrinários do absolutismo⁵⁶.

De fato, a historiografia positivista do século passado considerou o ritualismo hierático, ou seja, as cerimônias reais da França Moderna, como ornamentos religiosos sem qualquer importância para um tipo de História Política essencialmente institucional, sem maiores considerações pelos aspectos sociais dos fenômenos que buscava retratar; aliás, tarefa impossível para uma História construída a partir da cumeieira.

A obra fundadora de Marc Bloch, que em 1994 alcançou os 70 anos, não gerou senão herdeiros tardios. Como recorda Ralph Giesey, *Les*

rois thaumaturges, não despertou o interesse por estudos semelhantes na historiografia da primeira metade do século e o próprio Bloch acabou por abandonar a via do ritualismo político, expresso pelo caráter sobrenatural de cura da realeza na Inglaterra e na França, para se consagrar nos últimos 20 anos de sua vida à História Econômica e Social⁵⁷. Analisando *Les rois thaumaturges*, na época de sua publicação em 1924, François Ganshof é bem um reflexo forte do desprestígio da História Política fundada nas liturgias do poder real: “*Estamos bem longe de Pirenne!*”, dizia Ganshof⁵⁸.

Muito distante da via historiográfica aberta a partir da década de 60 pela escola cerimonialista norte-americana, cujo acento recai sobre os papéis da ritualidade política no processo de construção de uma nova imagem da realeza e da modernidade política do Estado, a historiografia dos anos 40-50 representa um ponto de inflexão nos estudos sobre o Estado monárquico, “o grande empreendimento da história do Ocidente”. (Pierre Chaunu).

Historiadores influentes nesse domínio, como Roland Mousnier e Boris Porchnev que, ao longo de duas décadas, ocuparam a cena principal dos debates, inauguraram uma nova fase dessa História, principalmente porque colocaram em prática o projeto original de Ernest Lavisse e seus colaboradores no final do século XIX: consolidar a pesquisa empírica revelando as várias identidades da França, a realidade multifacetada das províncias no Antigo Regime.

O século XX, no interior desse domínio, corrige as distorções do século XIX, equilibrando a ênfase sobre temas variados, procurando ressaltar a interação de fatores que fazem a dinâmica do *Ancien Régime*: política, economia, sociedade e instituições desfrutaram igualmente de dignidade historiográfica. Não há mais espaço para hipóteses monocausais, como as que explicavam a construção do moderno Estado nacional ancorada nesse ou naquele fator dominante como, por exemplo, a nova função fiscal motivada pelas guerras européias.

De fato, o século XVI francês assistiu ao aparecimento de um tipo de Estado apoiado sobre o imposto dos súditos, e não mais sobre o fisco da economia de domínio. Para além dos fenômenos de política estrangeira, entraram em cena fatores intervenientes como a construção de um aparato burocrático capaz de conter as revoltas camponesas e erradicar a feitiçaria. Ernest Labrousse demonstrou também como as flutuações de preços, numa linha sempre ascendente, enfraqueceram o poder local dos grandes senhores em favor da monarquia.

Na análise dos historiador alemão G. Oestreich⁵⁹, a historiografia dos anos 40-50 é marco de mutações importantes. Reconhecendo a esclerose da História oficial celebrativa, e do modelo puramente institucional, os

historiadores do pós-guerra resgataram o que estava historiograficamente soterrado, ou seja, os elementos “não absolutistas do absolutismo”: as forças sociais e os poderes intermediários, em contraposição ao modelo consagrado das instituições superiores⁶⁰.

Salta-se desse modo da cordilheira árida das instituições e da diplomacia para os veios fecundos da História Social. De fato, boa parte do século XX é vítima do XIX. Paralelamente às muitas virtudes da historiografia do século XIX, destaca-se o grande vício do mito do Estado como elemento-chave da história. Encarado à maneira hegeliana, ou seja, como o “fim” necessário da história, o Estado exerce uma atração e um verdadeiro império historiográfico.

Só os estudos empíricos parciais desenvolvidos de forma sistemática a partir daí é que propiciaram uma visão mais abrangente e real do *Ancien Régime*, revelando a força e os limites do Estado monárquico. Como afirma Joel Cornette, o Estado foi o grande perturbador das antigas solidariedades provinciais, embora, na prática, muitos espaços e homens ainda conseguissem escapar “à força constrangedora do príncipe”⁶¹. A fórmula de G. Oestreich é perfeita para retratar este paradoxo do Estado: “muita concentração no centro, pouca irradiação na periferia”. Grande paradoxo sem dúvida para uma época que assistiu à ascensão de Estados médios, que optam por aprofundar seu poder em vez de expandir sua jurisdição⁶².

Em vez do enfoque dos Estados monárquicos europeus como um bloco monolítico no interior do sistema político da Europa absolutista, a historiografia dos anos 40-50 encarregou-se de explicar este fenômeno político de ampla ambiência em seus diversos modelos históricos. O Congresso Internacional de História, realizado na cidade de Roma em 1955, atuou de forma decisiva para o avanço e consolidação de novos conhecimentos sobre o Estado da Época Moderna, ao apontar lacunas e a sugerir novas orientações de pesquisa.

Um historiador soviético, Boris Porchnev, introduziu no cenário historiográfico francês os movimentos de sublevação camponesa no Antigo Regime, nova proposta temática que ele fez acompanhar de uma tese original e polêmica: o campesinato, através de suas “jacqueries”, se insurgia contra os tentáculos fiscais do Estado de forma absolutamente autônoma, sem se deixar conduzir pelas elites provinciais⁶³. Roland Mousnier relativizou esta “espontaneidade” dos levantamentos rurais, abrindo um debate duradouro.

Conforme assinalou Richard Bonney⁶⁴, os estudos acerca do impacto do Estado monárquico sobre a sociedade do *Ancien Régime*, até a década de 1960, se dividiam em dois campos básicos de interpretação, além de uma variante: o marxismo. Devido à extrema diversidade das

interpretações que a historiografia marxista batizou com o estranho rótulo de “concepção burguesa contemporânea do absolutismo”, qualquer tentativa de síntese mereceria um capítulo à parte⁶⁵.

Com efeito, a historiografia marxista desenvolveu interpretações importantes e trouxe muitas novas luzes sobre o complexo fenômeno do Estado monárquico. Pela ótica dos historiadores marxistas, o Estado absolutista manteve o equilíbrio entre dois segmentos sociais hegemônicos, que sem forças para tomar o poder, entre os séculos XVI e XVIII, acabaram submetidos pela monarquia. Muito se discutiu sobre o caráter de classe do sistema político predominante na Idade Moderna. A clássica tipologia de Engels, que enquadra a monarquia absolutista como ator hegemônico, que se mantém politicamente pelo estímulo consciente aos antagonismos entre classes ao longo de três séculos, é uma interpretação que fez época⁶⁶.

As *Linhagens do Estado absolutista*, de Perry Anderson, fazem um eco longínquo à obra de Engels; não certamente por fideísmo, mas para endireitar muitos pressupostos errôneos acumulados por este fundador do marxismo e seus sucessores. Livro influente dedicado à análise comparativa do processo de desenvolvimento e da natureza (caráter de classe) do Estado monárquico europeu, trata-se de exame detalhado do “geral” e do “particular”, dos modelos puros e das variantes.

Nesse trabalho, o autor tencionou explicitar os diversos caminhos do Estado moderno constituindo-se a obra numa crítica à elaborações teóricas muito amplas e ao fechamento da erudição monográfica. Para Perry Anderson, o sistema absolutista da Europa Moderna deve ser considerado como fenômeno com vários pontos de partida e diferentes linhas de chegada, tese que está, aliás, muito longe de ser original⁶⁷.

Sua originalidade entre as diversas interpretações marxistas está na crítica tecida ao equilíbrio de classes. As monarquias absolutistas, que o autor denomina por “combinações exóticas e híbridas”, não conheceram tal equilíbrio uma vez que a burguesia foi sem dúvida mais poderosa economicamente, mas sem nunca ter alcançado a condição de classe condutora.

Na sequência de todos esses avanços, empreendidos no sentido da construção de um conhecimento mais aperfeiçoado do Estado monárquico, novos enfoques e metodologias de trabalho acabaram por levar a uma descoberta e valorização de certos aspectos políticos considerados pela historiografia até época bem recente como fantasias esdrúxulas dos mestres de cerimônias do *Ancien Régime*.

Novos problemas colocados no cenário historiográfico das décadas de 1940 e 1950, acabaram por alargar enormemente as possibilidades da

História Política da primeira metade do século XX. Na década de 60, na França e nos Estados Unidos, assiste-se ao nascimento de uma História Política renovada, principalmente no que diz respeito à questão do Estado monárquico francês.

Como se refere Alain Boureau, *"desde trinta anos, a história da construção do Estado moderno e europeu (séculos XV-XVIII) se renovou privilegiando a noção de ritualidade política. As cerimônias monárquicas, por longo tempo abandonadas aos especialistas um pouco frívolos do decoro real, foram carregadas de funções políticas importantes: elas teriam elaborado a linguagem política do Estado (...) a cerimônia dá sentido, concentra, obtém o consentimento. Ela faz o Estado (ou a monarquia estatal) retratando-a"*⁶⁸.

Com efeito, a partir da publicação do grande livro de Ernst Kantorowicz, *Os dois corpos do rei*, em 1957, a História Política da Idade Média e, por extensão, da Época Moderna, conheceu inúmeras mutações. Hoje, os novos estudos já formam um conjunto bastante considerável. Na atualidade, as interpretações mais completas e acabadas sobre as novas faces do Estado do *Ancien Régime* pertencem a um grupo de historiadores norte-americanos, das Universidades de Iowa e Stanford⁶⁹.

Sem dúvida, desde os estudos de Ernst Kantorowicz, acerca do imbricamento entre as esferas política e religiosa no Ocidente cristão, que se desenvolveram análises acentuando a ritualidade política como força criadora do Estado monárquico⁷⁰. Mas no interior da História Política trata-se de temática ainda bem recente. Na concepção de Ralph Giesey *"o vivo interesse dado aos estudos sobre os ritos nestes últimos anos é devido em grande parte aos sociólogos e aos antropólogos antes que aos historiadores. A nova voga que eles conhecem repousa, no essencial, sobre a compreensão do não dito, da semiótica dos cerimoniais. Para compreender as redes do poder, os antropólogos devem prestar atenção neste elemento, porque geralmente lhes faltam provas literárias, quando elas abundam para os historiadores da sociedade ocidental"*⁷¹.

De fato, uma das características mais notáveis do desenvolvimento teórico-metodológico da História é a sua "política externa", ou como exortava Lucien Febvre, a sua busca por anexar novos territórios. Em sua procura incessante de renovação há muito que a História vem contraindo empréstimos. Nessa área talvez sua maior dívida tenha sido feita com a Antropologia⁷², que acabou por oferecer um campo extremamente fértil à inquietude dos historiadores e suas sempre novas curiosidades.

Como já notara Lévi-Strauss, o relacionamento entre as duas disciplinas é coisa já antiga, mas não evoluiu de forma contínua. Uma efetiva apropriação de temas genuinamente antropológicos por parte dos historiadores, com a atenuação de fronteiras naturais entre os dois campos de conhecimento, verificou-se no início da década de 60.

A partir daí, ou talvez um pouco mais à frente, pela renovação de temas e metodologias, começou-se a falar em uma nova História: a antropologia histórica. Um maior contato com o "olhar antropológico" dotou os historiadores de uma maior sensibilidade para a exploração de temas que rapidamente foram ganhando relevância; não que estes temas nunca tivessem sido trabalhados anteriormente por historiadores.

As mutações foram sensivelmente de perspectiva. Para Charles-Olivier Carbonell, *"passou-se duma história da mortalidade para uma história da morte, duma história da natalidade para uma história dos comportamentos sexuais, dos partos, da mãe, da criança... Chegou-se assim «ao mais secreto e profundo do homem» (Ph. Ariès), às mentalidades, isto é (...) aos sentimentos e paixões coletivas (o amor, o medo), às representações, aos sonhos, aos mitos, esses sistemas de codificação social que permitem ao grupo humano mergulhado numa mesma cultura apreender-se a si mesmo, compreender o mundo e actuar sobre ele. Paralelamente, elaborou-se uma história do corpo, da doença, do consumo, dos gestos..."*⁷³.

Entre História e Antropologia construiu-se uma via de mão dupla: um melhor conhecimento histórico do passado de várias sociedades, em bases antropológicas, encaminhou por sua vez os antropólogos a uma avaliação mais ampliada das sociedades que estudam. Nesse sentido, a antropologia histórica ampara e fortalece aos antropólogos dotando-os da necessária perspectiva histórica para análises comparativas entre sociedades pretéritas revisitadas a partir de uma base documental mais sólida e o passado e presente das chamadas sociedades sem história.

No domínio mais específico da História Política, é preciso dizer que a "contaminação" antropológica abriu um campo fecundo para o estudo do imaginário político do *Ancien Régime*. Os mitos políticos da velha *Franciae Occidentale*, repudiados a partir do *Século das Luzes* pela historiografia, como lendas dos séculos mais obscuros da humanidade, passaram à condição de alvo privilegiado na mira dos novos historiadores⁷⁴. Tais mitos revelaram a auto-compreensão dos franceses cultos entre os séculos XV e XVII, os descendentes da Antiguidade Clássica por meio de uma origem troiana habilmente historizada pela literatura histórica do período.

Os mitos passaram à condição de temas privilegiados para a História Política nos últimos anos. Dessa forma, procede-se a uma reabilitação da História Política, ao extrair dos velhos estoques de retórica dos historiadores e mestres de cerimônias do Antigo Regime materiais novos para uma nova História.

A História Política, centrada no que até há bem pouco tempo era considerado tematicamente desprezível, abriu a via para uma nova

compreensão do sentido e da importância das cerimônias reais em meio ao processo de construção do Estado monárquico da Época Moderna. A História Política redescobriu as velhas fontes oficiais que fizeram a glória da historiografia do século XIX, mas revisitou-as com ênfase sobre aqueles campos mais irrelevantes. Ela descobriu comportamentos carregados de sentido político e eficácia simbólica em crônicas dinásticas, histórias oficiais e memórias políticas, textos reconhecidamente dedicados aos altos assuntos do Estado. Uma das fontes capitais sobre as cerimônias públicas do Estado é *Les antiquitez et recherches de la grandeur et maiesié des Roys de France*, publicada pelo panegirista parisiense André Duchesne, em 1609.

De acordo com Ralph Giesey, Duchesne “tenta descrever as cerimônias dos reis de França como uma história antiga ligada a um simbolismo profundo. A obra expressa uma dupla ingenuidade: sobre o plano histórico, porque os métodos da história antiga (no bom sentido do termo) eram então ainda elementares; na interpretação simbólica, porque o autor acreditava sinceramente na realidade do fenômeno. (...) o que intriga, é a mistura da história e dos louvores que revela a análise objetiva e erudita, ao mesmo tempo que o súdito entusiasta e fervoroso. O caráter inexprimível da cerimônia se confunde com a realidade de sua história”⁷⁵.

Generalizando esta profunda interiorização afetiva do memorialista político André Duchesne, torna-se mais compreensível o efeito ou o impacto das cerimônias reais diante do conjunto da população francesa. Através das cerimônias reais é que se construiu a nova linguagem política da monarquia, conjunto através do qual se pode captar aspectos relevantes da racionalidade específica do Estado até então relegados às sombras da História Política.

O cerimonial monárquico foi a fachada cênica da propaganda real que torna palpável e palatável tanto a pompa quanto a ideologia real, expressa pela doutrina do direito divino dos reis. Ao representar o novo Estado monárquico, personificado pela realeza, através de uma rica coreografia ilustrada expressa pelas quatro grandes cerimônias e outros espetáculos menores como o “levantar” do rei, alcança-se uma forma mais visível para um poder em busca de ascensão⁷⁶.

Na França Moderna as cerimônias reais são projeções dramatizadas do poder que alcançam uma inegável eficácia simbólica. A realeza, de forma até muito consciente, e Luís XIV é o melhor exemplo, enriquece e alimenta continuamente os mitos políticos que lhe transferem sentido e vigor. A moldura do poder real toma como matéria-prima a força de um simbolismo mesclado de mitos políticos de uma longa tradição histórica.

Manifesta-se nas interpretações mais recentes do Estado, o desejo de reunir a História Política, concebida como estruturas mais estáveis

entrecortadas por eventos, com a História das Idéias⁷⁷. O que os cerimonialistas ressaltam bem é uma notável fragilidade da velha História das Idéias, que não foi capaz de perceber que as defesas do poder real, não se renovaram no mesmo compasso das estruturas sociais e econômicas e das novas funções de um Estado cada vez mais complexo e burocratizado.

O direito divino dos reis, doutrina cujas raízes mais profundas foram lançadas na Baixa Idade Média, não acompanhou as diversas transformações ocorridas entre os séculos XVI e XVIII. Nesse sentido, teve um destino bem pouco nobre, se esgotando na esclerose de princípios anacrônicos nos primeiros ventos do liberalismo no século XVIII. Para a História das Idéias, da forma como ainda era praticada há bem pouco tempo, a essência do absolutismo encontra-se muito mais na teoria que na dinâmica da sociedade do Antigo Regime⁷⁸.

Como se refere Richard Bonney, as estruturas sociais e políticas se modificaram muito ao longo do *Ancien Régime*, sendo que "a pretendida ligação «absolutista» entre Francisco I e Luís XIV é de fato inexistente, uma vez que a expressão possuía um sentido diferente nas duas épocas"⁷⁹.

Sem dúvida, não se pode desconsiderar o importante papel desempenhado pelas cerimônias reais no processo de afirmação da realeza, e o que é o seu corolário natural, a construção do Estado monárquico. Nesse sentido, a escola cerimonialista norte-americana vem oferecendo uma contribuição considerável ao esboçar uma teoria homogênea acerca da "funcionalidade" política dos ritos monárquicos entre os séculos XIV e XVII, época em que estes fenômenos passam a coincidir com a fase mais contínua do movimento de centralização.

De fato, essa tendência se ocupa de práticas políticas que evoluem com uma certa rapidez no espaço de pouco mais de três séculos⁸⁰. Ainda que não tenha tomado a França, tampouco a Época Moderna como objeto privilegiado de sua obra, Ernst Kantorowicz demonstra em *Os dois corpos do rei* como esta história é particularmente fecunda em criar ou rejuvenescer continuamente o simbolismo dos cerimoniais monárquicos, desenvolvidos ou adaptados segundo o espírito e as necessidades dos novos tempos.

Tal é o caso, no que diz respeito aos funerais reais, da substituição do rei defunto por sua efigie, simbolizando o fato de que a realeza é uma eterna Fênix; a presença do rei vivo na procissão interdita a presença do cadáver real. Lawrence M. Bryant e Ralph Giesey mostraram igualmente como as entradas reais e os funerais sofrem inovações a cada novo evento. Se cada uma das quatro grandes cerimônias do Estado conhece certas metamorfoses entre uma ocorrência e outra, torna-se

então muito difícil considerá-las como uma globalidade que forma sistema ou conjunto coerente. Ainda que façam parte das “manifestações públicas e reguladas da pessoa real” (A. Boureau), os ritos menores são considerados entre as formas mais fragmentadas da publicidade real e igualmente suscetíveis de uma apropriação múltipla.

A maior dificuldade do modelo explicativo dos cerimonialistas norte-americanos é a tendência em enfatizar o predomínio de uma “ideologia constitucional” nos ritos reais, uma performance jurídica responsável por fundar a modernidade do Estado monárquico no Antigo Regime. Na verdade, esta tendência é muito mais marcante nos trabalhos de Sarah Hanley, para quem a ideologia constitucional funda a unidade das cerimônias.

De acordo com Alain Boureau, “a França dos cerimonialistas americanos não concede quase nenhum lugar ao cristianismo”, em seus fundamentos antigos e medievais. Para Boureau, na construção da modernidade monárquica há que se considerar também aqueles elementos de “competência litúrgica”, como discursos e motivos religiosos⁸¹. Dessa forma, o estudo da ritualidade política como elemento fundador da modernidade do Estado se constituirá num modelo teórico inadequado se não conseguir incorporar às suas análises as dimensões religiosas do fenômeno político. A crença compartilhada no Antigo Regime era a de que a *royauté merveilleuse* nascera na França por uma intervenção divina, para se tornar o modelo perfeito de monarquia a toda cristandade.

A sagração, mais importante e antiga cerimônia real, não pode ser concebida como um acordo jurídico que na França Moderna se encarregou de fundar a nova linguagem política do Estado. Como se refere a historiadora francesa Marina Valensise ela “era o paradoxo da realeza, a união mística do povo e de seu rei que o rito precisamente celebrava como um casamento a cada novo advento”⁸².

A sagração renova a bênção divina ao reino constituindo-se num depósito de símbolos religiosos, num mito que lança uma série de desdobramentos. Este antigo e complexo cerimonial, que se apóia em várias referências pré-cristãs e no Velho Testamento, foi o rito superior do Estado do *Ancien Régime*⁸³. Em sua origem, pode ser comparada a uma espécie de iniciação sacerdotal, ou seja, a tradição popular e religiosa de uma relação com Deus.

Como observou Sarah Hanley, a sagração é um tema muito antigo na França, cuja tradição “historiográfica” no século XVII já remontava à Baixa Idade Média. Esta atenção despertada entre os profissionais da história e os mestres de cerimônias, muito provavelmente está relacionada ao fato de tocar em cheio no conjunto lendário de crenças em

que se apoiavam as sociedades do Antigo Regime, como por exemplo, a idéia de vocação mística do reino como uma segunda Terra Santa.

A sacração envolve a realeza pelo misticismo do Santo Espírito descido dos céus. Nesse sentido, comunica uma forte transcendência à esfera temporal do poder, tornando o rei cristianíssimo não somente o mestre de obras da paz e primeiro dignitário da cristandade, mas o centro de gravidade da sociedade política. A realeza sagrada do Antigo Regime foi uma espécie de “pilar cósmico”⁸⁴, ponto intermediário entre Deus e os homens, que por meio de uma soberania verticalizada, fez da França o arquétipo dos reinos cristãos.

Notas

1. A historiografia francesa, desde suas origens medievais, sempre celebrou a monarquia. As Grandes Crônicas de França, primeiro modelo de história nacional do reino, constituem-se na base da propaganda monárquica dos capetíngios diretos. Entrelaçada à monarquia, e por extensão à incipiente idéia de Estado, as Grandes Crônicas de França ajudam a fixar e a definir o projeto de uma Europa plural. As diversas crônicas nacionais surgidas em outras monarquias européias no mesmo período lançam os primeiros esteios de identidade nacional. Conforme notou Charles-Olivier Carbonell, “com a elaboração destas memórias diversas, a Europa cristã consolida a morte da cristandade. À idade da fé sucede, em história, a idade da razão - a do sábio e a do Estado”. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987, p. 66.
2. GEORGE HUPPERT, *L'idée de l'Histoire parfaite*, Paris: Flammarion, 1973.
3. *Ibid.*, p. 9.
4. Georges LEFEBVRE, *El nacimiento de la historiografia moderna*, Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1974, p. 86.
5. CHARLES-OLIVIER CARBONELL, *op. cit.*, p. 78.
6. A expressão é empregada por ROGER CHARTIER, A amizade da História (prefácio), in: PHILIPPE ARIÈS, *O tempo da História*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 25.
7. CHARLES-OLIVIER CARBONELL, *op. cit.*, p. 83.
8. Para Pierre Chaunu, as contribuições que fizeram dele o príncipe dos historiadores eruditos da Renascença Francesa se relacionam à nova luz que lança sobre o método de pesquisa: a valorização do francês como idioma erudito auxiliar, da mesma importância que o latim para desvendar outras dimensões da história da França que não a das elites cultas. Além do novo apoio lingüístico, outra originalidade de Pasquier é o emprego de fontes literárias da Antiguidade clássica. Dessa forma, mitos antigos e já sedimentados

pelas velhas crônicas, como a origem troiana dos franceses, foram destruídos por ele. Na leitura do *Das guerras nas Gálias de César*, PASQUIER descobre o passado da França não nos filhos de Enéas ou no lendário Pharamond, mas em Vercingetorix e as tribos gaulesas da Auvérnia antiga, antes da própria era cristã. Sobre este aspecto, informações mais amplas encontram-se em PIERRE CHAUNU, *A História como ciência social. A duração, o espaço e o homem na Época Moderna*, Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 27-67, e no estudo monográfico de GEORGE HUPPERT, *L'idée de l'Histoire parfaite*, Paris: Flammarion, 1973.

9. Para PIERRE CHAUNU, "a História na França alcançou, no fim do século XVI, na grande paixão das Guerras Religiosas, um ponto de perfeição que não poderia manter por muito tempo. (...) O século XVII, apesar de alguns empenhos individuais, apesar do trabalho obscuro de elaboração dos estudos de base da erudição eclesiástica, assinala uma parada na escalada historicista". *A História como Ciência social. A duração, o espaço e o homem na Época Moderna*, Rio de Janeiro: Zahar, 1976. pp. 56-57.

10. ROGER CHARTIER, in: P. ARIÈS, op. cit.

11. GEORGES LEFEBVRE, *El nacimiento de la historiografía moderna*, Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1974.

12. "De que serve adquirir uma nova província se a gente não pode se fazer obedecer naquelas que já possui? Está aí toda a questão do absolutismo... O absolutismo, pela lógica de seu propósito persegue a centralização". GEORGES DURAND, *États et institutions. XVIe-XVIIIe siècles*, Paris: Armand Colin, 1969. p. 14.

13. JACQUES LE BRUN (org.), *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*, Genève: Librairie Droz, 1967. (Introdução, p.25). Idolatria esta que, a exemplo de outros temas, como a discussão sobre a melhor forma de governo ou acerca das virtudes morais do soberano, migra de autor para autor numa verdadeira moda literária. Em *Les caractères ou les mœurs de ce siècle*, LA BRUYÈRE destacou o impacto que provocava no meio cortesão a simples aparição do rei: "não há nada que enfeie tanto certas cortesãs como a presença do príncipe; mal consigo reconhecer seus rostos: os traços ficam alterados e a compostura se avilta. As pessoas orgulhosas e soberbas são as mais desfeitas porque são as que mais perdem do seu; quem é decente e modesto permanece na mesma: nada tem que reformar". Paris: Hachette, 1890, p. 200.

14. Cit. in: MICHEL TYVAERT, "L'image du roi: légitimité et moralité royales dans le histoire de France au XVIIe siècle". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris: t. 21, oct./nov. 1974, p. 521.

15. ROGER CHARTIER, in: PHILIPPE ARIÈS, op. cit., p. 30.

16. Cit. in: CHARLES-OLIVIER CARBONELL, op. cit., p. 111.

17. "O público exige desta História que ela seja recreativa, por conseguinte romanesca (...). Nem erudita nem filosófica, tal História é literária. Combina a inspiração cavaleiresca da Idade Média agonizante e da Renascença — proezas do herói, choque de paixões — com as receitas da retórica romana: dramatização da narração, arengas, reflexões morais...". C.-O. CARBONELL, op. cit., p. 112.

18. "Quando espanhóis e franceses fazem o catálogo das nações, não deixam de colocar seus próprios países como a primeira monarquia do mundo e seu

rei como o maior rei do mundo, com a esperança de receber uma pensão quando o rei ler o livro". VOLTAIRE, Dicionário Filosófico, in: *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 205.

19. PHILIPPE ARIÈS, op. cit., p. 91.

20. ERNST KANTOROWICZ, *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, Madrid: Alianza Editorial, 1985.

21. Um amplo estudo sobre esta questão é o artigo de JOSÉ LUÍS BERMEJO-CABRERO, "Amor y temor ao rey. Evolucion histórica de un tópico político", *Estudios Políticos*, Madrid: n.º 96, 1957.

22. "Todos querem possuir o rei; cada um, apaixonado por ele, inveja aos outros a glória de o possuir: chega-se à sedição se o príncipe, que é com efeito um bem público, não se entrega igualmente a todos. Há uma magia para os súditos na visão do príncipe; e nada lhe é mais fácil que se fazer amar com paixão. (...) A chuva, que vem então refrescar a terra ressecada pelo ardor do dia ou do verão, não é mais agradável que um príncipe, que tempera sua autoridade pela ternura; e seu rosto reconforta a todos quando ele é sereno". JACQUES BÉNIGNE BOSSUET, *La politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*, Genève: Librairie Droz, 1967, p. 89. (Edition critique et notes par Jacques Le Brun).

23. JEAN DE LA BRUYÈRE, op. cit., p. 227.

24. ERNST KANTOROWICZ, op. cit.

25. ERNST CASSIRER, *O mito do Estado*, Lisboa: Publicações Europa América, 1961.

26. EMMANUEL LE ROY LADURIE, "Réflexions sur l'essence et le fonctionnement de la monarchie classique (XVIe-XVIIIe siècles)", in: H. MÉCHOUAN, (org.) op. cit., p. 11.

27. JEAN-MARIE APOSTOLIDÈS, *Le roi-machine. Spectacle et politique au temps de Louis XIV*, Paris: Éditions de Minuit, 1987.

28. GEORGES DURAND, *Etats et institutions - XVIe-XVIIe siècles*, Paris: Armand Colin, 1969. p. 3.

29. GEORGES LEFEBVRE, op. cit., p. 20.

30. Propaganda sem tréguas estendida até aos campos de batalha. Conforme registra VOLTAIRE, na guerra da Holanda Luís XIV se fez acompanhar por seu "marketeiro" oficial, o historiógrafo Pelisson: "o rei, com todas estas vantagens, seguro de sua sorte e de sua glória, levava consigo um historiador que devia descrever suas vitórias". *El siglo de Luís XIV*, México: Fondo de Cultura Económica, 1954, p. 96.

31. ROGER CHARTIER, in: PHILIPPE ARIÈS, op. cit., p. 29.

32. PHILIPPE ARIÈS, op. cit., pp. 145-146.

33. NICOLE FERRIER-CAVERIVIERE, *L'image de Louis XIV dans la littérature française de 1660 à 1715*, Paris: PUF, 1981.

34. PETER BURKE, *A fabricação do rei*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

35. GEORGES LEFEBVRE, op. cit.

36. "Singular modernidade de um projeto que será designadamente sustentado pelo seu autor no *Século de Luís XIV* (...) e no *Ensaio sobre os costumes e o*

espírito das nações. História cultural e história universal são conquistas do século XVIII". Op. cit., p. 109.

37. A expressão é o título do livro de RAOUL GIRARDET, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

38. Novas considerações sobre a História, de 1774, cit. in: CHARLES-OLIVIER CARBONELL, op. cit., p. 109.

39. *El siglo de Luiz XIV*, p. 305.

40. *Ibid.*, p. 311.

41. "Chamei a este século o de Luís XIV, não somente porque esse monarca protegeu as artes muito mais que todos os reis seus contemporâneos juntos, mas porque também viu renovar três vezes todas as gerações de príncipes da Europa (...) Com efeito, foi em dito espaço de tempo que o espírito humano realizou os maiores progressos". *Ibid.*, p. 378.

42. GEORGES LEFEBVRE, op. cit., p. 17.

43. Para CHARLES-OLIVIER CARBONELL "as paixões políticas alimentam-se de recordações contraditórias surgidas de um passado recriado. Vencedores, os tradicionalistas têm apenas o sonho de o restaurar. Não só o trono e os privilégios mas também os monumentos e os tempos áureos da monarquia". Op. cit., p. 117.

44. Existe mais de uma edição crítica das *Memórias* completas de SAINT-SIMON, como por exemplo a organizada por GONZAGUE TRUC para a coleção Bibliothèque de la Pléiade, Paris: Gallimard, 1953-61, 7 vol. Os textos empregados neste trabalho são: *Mémoires*, Paris: Hachette, 1951, 2 vol., e *A corte de Luís XIV: memórias de um cortesão*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

45. ARIËS considera a propósito que "...é nessas clássicas Histórias da França escritas no Antigo Regime que se encontra o repertório de todas as anedotas destinadas a alimentar as polêmicas monarquistas e republicanas nos séculos XIX e XX". Op. cit., p. 162.

46. GEORGES LEFEBVRE aponta como a História conservadora do século XIX na França foi despertada pela curiosidade em torno da Revolução Francesa, construindo-se como uma reação política e religiosa à nova realidade nacional. Como recorda CHARLES-OLIVIER CARBONELL estes bafejos do passado foram sentidos e encontraram resposta por parte da História liberal, tendência predominante de todo o período: "Se é liberal, [o historiador] busca no passado advertências e modelos. Thiers e Mignet, que publicam os dois uma *História da Revolução Francesa* com um ano de intervalo (1823 e 1824), advertem os ultra-realistas demonstrando-lhes que as revoluções nascem e alastram por culpa daqueles que se opõem às liberdades essenciais; Guizot (...) dizia aos seus ouvintes: «os burgueses, desse tempo (trata-se do século XIV), senhores, tinham sempre a cota de malha no peito e a lança na mão>". Op. cit., p. 118.

47. Há trinta anos BERNARD GUENÉE reuniu num extenso artigo as perspectivas elaboradas durante o século XIX acerca do Estado francês no período imediatamente anterior à França Moderna. Trata-se, como refere o próprio autor, de uma "tentativa de balanço" relativa a período bem delimitado. "L'Histoire de l'État en France à la fin du Moyen Age vue par les historiens français depuis cent ans". *Rerue Hisotrique*, n. 232, 1964.

48. A. D. LUBLINSKAYA, *La crisis del siglo XVII y la sociedad del absolutismo*, Barcelona: Editorial Crítica, 1979.
49. SARA HANLEY MADDEN, "L'idéologie constitutionnelle en France: le Lit de Justice", *Annales Esc*, n. 01, 1982, p. 32.
50. Nem tanto assim. PHILIPPE ARIÈS escreveu: "A atitude diante da História: o século XVII", que compõe o seu *O tempo da História*, em 1951, num período em que a História Política começara a reconquistar seu direito de cidadania. A década de 60 assistirá a uma revalorização desse tipo de História com Robert Mandrou e Bernard Guenée na França, sem falar em Roland Mousnier que sempre deu atenção a esse "departamento" da História. Nos Estados Unidos, os herdeiros intelectuais de Ernst Kantorowicz serão os arautos de uma nova História Política nos anos 60 e 70.
51. PETER BURKE, *A fabricação do rei*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. JEAN-MARIE APOSTOLIDES, *Le roi-machine. Spectacle et politique au temps de Louis XIV*, Paris: Éditions de Minuit, 1987. LOUIS MARIN, *Le portrait du roi*, Paris: Éditions de Minuit, 1981. SARAH HANLEY MADDEN, *Le lit de justice des rois de France*, Paris: PUF, 1991. ANNE-MARIE LECOQ, *François I^{er} imaginaire*, Paris: PUF, 1987.
52. MARC BLOCH, *Os reis taumaturgos*, Companhia das Letras, 1993. ERNST KANTOROWICZ, *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, Madrid: Alianza Editorial, 1985. NORBERT ELIAS, *La société de cour*, Paris: Flammarion, 1985.
53. ALAIN BOUREAU classifica entre estes, as grandes cerimônias do Estado: sagração, exéquias, leito de justiça e entradas reais. "O termo ritual político designa claramente: as quatro grandes cerimônias reais, reunidas em um conjunto coerente pelos cerimonialistas do início do século XVII". "Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique", *Annales Esc*, n. 06, p. 1253, 1991.
54. Este é particularmente o caso do Leito de Justiça, uma das quatro grandes cerimônias maiores que forma o "sistema" cerimonial do Estado, desde fins da Idade Média até o reinado de Luís XIV. Esta cerimônia era uma espécie de "guerra de rituais" travada no Parlamento de Paris: em que a realeza se utiliza de toda a complexidade do código cerimonial como instrumento de ofuscação e rebaixamento dos parlamentares. De um ponto de vista eminentemente prático, ou seja, ao nível das deliberações legislativas, o Leito de Justiça foi pouco eficiente em seus mais ou menos três séculos de existência, até porque coincide com as eras proto-absolutista e absolutista propriamente dita da monarquia francesa marcada pelo eclipse dos grandes servidores do Estado e pelo brilho radiante da realeza. SARAH HANLEY descobre a primeira cerimônia digna deste nome no reinado de Francisco I, mais precisamente em 1527, desmistificando a lenda parlamentar de que o Leito de Justiça era tão antigo quanto a própria França. A historiadora norte-americana define a cerimônia da forma como foi percebido à época: "O Leito de Justiça dos reis de França era um dos eventos mais celebrados do Antigo Regime. O senso comum o definiu à luz do que havia se tornado no século XVIII: uma cerimônia onde o rei aparecia no Parlamento de Paris para esmagar as 'remontrances' parlamentares pelo exercício arbitrário do poder real". *Annales Esc*, n. 01, 1982, p. 32. Historiograficamente SARAH HANLEY o define como "...um prisma cultural que

unia lendas, ritos e discursos, e refletia a constituição da França que nunca foi escrita. Ao fim, o cerimonial real em si substitui o Leito de Justiça e a 'grand-chambre' do Parlamento de Paris foi incapaz de rivalizar com o suntuoso teatro de Versalhes". Ibid., pp.51-52.

55. Grosso modo, a política é uma espécie de relações públicas, que estabelece ligações com inúmeros setores das sociedades. No entender de RENÉ REMOND "o político não tem fronteiras naturais (...) porque o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele comanda em parte as outras atividades; ele define seu estatuto, ele regulamenta seu exercício. (...) A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem campo a toda sorte de atividades". "Du politique", in: RENÉ REMOND (org.), *Pour une Histoire Politique*, Paris: Éditions du Seuil, 1988, p. 384. Esta posição de comando do político pode ser exemplificada com a nova gestão da sociedade cortesã perpetrada por Luís XIV: aprofundamento das hierarquias pelo refinamento da etiqueta em que o principal efeito foi a construção de um soberano de dignidade inatingível.

56. Acerca deste "acanhamento historiográfico" a reflexão metodológica de ERNST KANTOROWICZ é ilustrativa: "O misticismo, ao ser transplantado da luz suave do mito e da ficção à fria e inquisitiva luz dos fatos e da razão, perde geralmente boa parte de seu poder persuasivo. Sua linguagem, a menos que se escute dentro de seu próprio círculo mágico ou místico, de forma freqüente parecerá pobre e até um pouco ridícula, e suas metáforas mais misteriosas ou imagens mais brilhantes podem, uma vez desprovidas de suas auréolas iridescentes, lembrar a patética e comovedora imagem do albatroz de Baudelaire. Em particular, a mística política está mais exposta ao perigo de perder seu poder de encantamento ou esvaziar-se de sentido quando se a subtrai de sua moldura natural, de seu tempo e de seu espaço". Op. cit., p. 15.

57. Cf. RALPH GIESEY, "Modèles de pouvoir dans les rites royaux en France", *Annales Esc*, n. 03, 1986.

58. LAURA DE MELLO E SOUZA explora essa "insensatez" de Ganshof aos olhos da historiografia contemporânea: "Hoje o comentário soa como piada; a história de Henri Pirenne está totalmente ultrapassada, e se o livro de Bloch envelheceu em alguns pontos — o que é sempre inevitável (...) — a modernidade do tema e do enfoque permanecem e chegam mesmo a surpreender, colocando o trabalho na lista dos grandes precursores da historiografia contemporânea...". Resenha da edição brasileira de *Les rois thaumaturges*, publicada na *Folha de São Paulo*: Caderno "Mais!" de 28 de novembro de 1993. Foi exatamente esta nova História Política praticada solitariamente por Marc Bloch nos anos vinte, que haveria de se revelar a responsável pelo alargamento dos conceitos, aliás muito específicos, do Estado monárquico e do poder régio que estendem seus domínios para muito além da política tradicional.

59. G. OESTREICH, "Problemas estruturais do absolutismo europeu", in: ANTONIO MANUEL HESPANHA (org.), *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

60. "...verificou-se nas últimas décadas uma reviravolta. Em vez da anterior visão de cima, da perspectiva puramente voltada para as realidades estaduais [entenda-se dos Estados] e para os níveis superiores do governo e da administração, surge agora no centro da atenção aquilo que jazia por debaixo das novas realizações do Estado e que por estas tinha sido deixado pratica-

mente intocado: as realidades provinciais, as agremiações regionais, as forças locais, os senhorios e as cidades...". G. OESTREICH, op. cit., p. 185.

61. JOEL CORNETTE, "Fiction et réalité de l'Etat Barroque", in: HENRY MÉCHOULAN, *L'Etat Barroque (1610-1652)*, Paris: J.Vrin, 1985.

62. Para PIERRE, ao Estado não vem ao caso "súditos teóricos", fonte de diversos ônus sem implicar em aumento de sua força coercitiva: "O Estado clássico opta pelo fundamental, o controle dos homens, a ligação ao solo", o que implica na retração de fronteiras mas não necessariamente em domínio efetivo. *A civilização da Europa clássica*, Lisboa: Estampa, 1987. p. 41.

63. Lavra-se aí um dos primeiros atestados de óbito da História Política tradicional, ocupada apenas com os altos escalões do teatro da História. A tradição historiográfica liberal e positivista do século XIX, que tinha construído a imagem de um Estado moderno como superpotência, vitoriosa sobre o atraso e alavanca para o progresso, sedimentara a idéia de que "só a partir do trono e dos conselheiros que o circundavam [podia-se] espelhar-se alguns reflexos de luz sobre as camadas sociais e políticas inferiores do *Ancien Régime* europeu". G. OESTREICH, op. cit., p. 184.

64. RICHARD BONNEY, *L'absolutisme*, Paris: PUF, 1989.

65. Entretanto, no que se refere aos pressupostos teóricos mais gerais, e por que não dizer ideológicos, RICHARD BONNEY oferece uma boa síntese: há entre os historiadores "aqueles que sublinham o papel modernizador da monarquia francesa que foi, segundo eles, «estatizante e progressista», responsável por profundas mudanças econômicas e sociais entre 1500 e 1789, e particularmente pela decolagem da burguesia, da qual ela absorve pouco a pouco os valores, e aqueles que, adotando a atitude oposta, consideram que a filosofia absolutista foi essencialmente conservadora, que esta foi simplesmente «uma tentativa imediatista, freqüentemente oportunista e às vezes mesmo contraditória, para restabelecer a autoridade real, num mundo em rápida transformação". Op. cit., p. 95.

66. O ponto central da análise de Engels concentra-se num detalhe: a monarquia não foi apenas o tradicional agente intermediário, o "mediador aparente" do eterno conflito entre atores políticos de peso numa dada sociedade. No período, o mediador se equilibra de tal forma, a ponto de sobrepairar sobre a nobreza e burguesia: "Com o Estado nasceu a necessidade de conter o antagonismo das classes, e como ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é por regra geral, o Estado da classe mais poderosa (...). Entretanto, por exceção, há vários períodos em que as classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Nesta situação achava-se a Monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos". FRIEDRICH ENGELS, *Origens da família, do Estado e da Propriedade privada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

67. Em texto bem anterior ao trabalho de Perry Anderson, cuja primeira edição inglesa é de 1976, PIERRE já observara a este respeito que "O Estado que se constrói em França e na Inglaterra no século XVII não se elabora senão ao longo do século XVIII noutras partes". Op. cit., p. 45. A edição francesa de *A civilização da Europa Clássica* é de 1966. Também Rudolf VIERHAUS observou como "...parece problemática a fixação de um período "do absolutismo" na

história européia, já que seu começo, seu apogeu e sua decadência nos diferentes países, desde a Inglaterra até a Rússia, não se produziram na mesma época". In: C. D. KERNIG, *Marxismo y democracia*, Madrid: Ediciones Riquero, 1975, p.12.

68. ALAIN BOUREAU, op. cit., p. 1253.

69. Considerados como os "herdeiros intelectuais" de Ernst Kantorowicz estes historiadores integram a chamada "escola cerimonialista norte-americana": SARAH HANLEY MADDEN, *Le lit de justice de rois de France*, Paris: PUF, 1991; RALPH GIESEY, *Le roi ne meurt jamais*, Paris: Arthaud-Flammarion, 1987 e *Cérémonial et puissance souveraine*, Paris: Armand Colin, 1987; R. A. JACKSON, *Vivat rex. Histoire des sacres et couronnements en France*, Strasbourg, US, 1984; L. M. BRYANT, *The King an the city in the parisian royal entry ceremony*, New York: Academic Press, 1985. Expressando um caráter eminentemente eclético a escola cerimonialista norte-americana tem como referências teóricas, além da obra de Kantorowicz, a antropologia religiosa, a sociologia weberiana e historiadores alemães do direito, como Percy Ernst Schramm.

70. Nesse terreno, a maior contribuição de E. Kantorowicz se refere ao emprego que faz do conceito de "Teologia Política", elaborado décadas antes por Carl Schmitt. Ao criar uma teologia política, o Estado operou uma fusão entre o aparato jurídico e a liturgia cristã. Foi a partir do confronto direto com a Igreja, e sua tendência em estender sua atuação à esfera temporal do poder, que a jurisdição e o misticismo da monarquia desenvolveram seus elementos teóricos mais consistentes. Assim é que, no século XVII, o Estado monárquico emergente poderá ser caracterizado como uma monarquia absoluta e mística apoiada sobre uma base racional, a legislação. Os mistérios da monarquia absolutista estiveram inseparáveis do domínio de uma nascente legislação de Estado e de um crescente aparato burocrático-administrativo. A este respeito confronte ERNST KANTOROWICZ, "Secretos de Estado (Un concepto absolutista y sus tardios orígenes medievales)", *Estudios Políticos*, Madrid: n. 104, 1959.

71. RALPH GIESEY, "Modèles de pouvoir dans les rites royaux en France", *ANNALES ESC*, n. 03, 1986, p. 579.

72. Na observação de um antropólogo influente "um dos aspectos mais originais da evolução das ciências humanas na França se refere às estreitas relações contraídas entre a Antropologia e a História. Mas este entretenimento não é recente. Em 1924, o livro de MARC BLOCH, *Les rois thaumaturges* já havia conseguido cativar aos antropólogos". CLAUDE LÉVI-STRAUSS, "Historia y Etnologia", *Revista de Occidente*, Madrid: n. 77, 1987, p. 59.

73. CHARLES-OLIVIER CARBONELL, op. cit., pp. 158-59.

74. VOLTAIRE é um bom exemplo dessa incompreensão, ou melhor dizendo, dessa falta de sensibilidade para com práticas sociais de grande importância. Autor de um novo questionário para a História, de fantástica sofisticação e modernidade para os padrões da época, o maior historiador do século XVIII se refere ao caráter sobrenatural dos reis nos seguintes termos: "Em meio às humilhações deste rei fugitivo, e da liberalidade com que Luís XIV o tratou, era um espetáculo digno de alguma atenção ver Jaime tocar as escrófulas no pequeno convento das inglesas; seja porque os reis ingleses se tenham atribuído este singular privilégio, como pretendentes à coroa da França, ou porque desde os tempos de Eduardo I se haja criado esta cerimônia". *El siglo de Luiz*

XIV, p. 143. Certamente, o questionário de Voltaire incorporava a questão das cerimônias na categoria de um mero ornamento na história dos reis, que ele mesmo ensinou a desprezar. É preciso considerar, no entanto, que ele fez muito pela História, e não se pode criticá-lo por uma reação como essa, aliás muito reprovável em certos setores da historiografia do século XX.

75. RALPH GIESEY, op. cit., p. 580. No que diz respeito ao material empírico dessa História Política é curioso notar o acerto da conjectura de CLAUDE LÉVI-STRAUSS feita no início da década de 80, para expressar as novas relações entre a Antropologia e a História: "...a Antropologia se volta de novo em direção à História; não somente para esta História qualificada de «nova», para cujo nascimento contribuiu, mas também para a História mais tradicional e que às vezes se pensa antiquada, enterrada nas crônicas dinásticas, os tratados genealógicos, as memórias e outros escritos dedicados aos assuntos das grandes famílias. Nos próximos anos, veremos aos antropólogos analisar a Saint-Simon (...) se submergirem em obras esquecidas e depreciadas (...). As estudarão com tanto cuidado como o fazem quando examinam os registros paroquiais e os arquivos notoriais". Op. cit., p. 84.

76. A força ou o poder de constrangimento na França dos reis cristianíssimos está muito mais relacionado a um elemento de ordem simbólica que a recursos de natureza técnica. Daí o conceito de "potesta absoluta" significar uma soberania teoricamente indivisível e não um poder de coerção efetivo. Para GEORGES BALANDIER "nestes regimes tradicionais, em que abundam os símbolos, a transfiguração provocada pelo poder e a encenação da hierarquia se tornam evidentes. Tudo se relaciona ao soberano, se simboliza e se dramatiza por ele: relações com o universo, no mundo exterior, no território político, no passado e portanto na história, na sociedade e em suas obras. Ele está no centro da representação: palácio, cortesãos, cerimonial e festas, marcas de diferenciação e comportamentos codificados". *O poder em cena*. Brasília: EUB, 1982. p. 17. Da mesma forma, para ALAIN BOUREAU, "as transformações dos modos de dominação política não poderiam se fazer aceitar senão pelo viés de uma linguagem que executava aquilo que diz ou mostra. Os princípios novos (o monopólio legislativo real, a perenidade do governo, a transmissão puramente dinástica do poder, o caráter eminente do domínio do soberano, sua onipotência onipresente, etc.) não teriam eficácia senão se ilustrando de maneira concreta e simbólica". Op. cit., p. 1255. As cerimônias reais trouxeram uma importante contribuição ao "processo de ocupação simbólica da função soberana" (Balandier) prefigurando o Estado da Idade Clássica.

77. Para ALAIN BOUREAU "...interessa de hoje em diante reconhecer, em História Política, o ponto fundamental da ação e o peso das estruturas, dividido pelo corte do evento". Op. cit., p. 1263. Acerca da nova História do Estado, a reflexão metodológica mais clara é talvez a de RALPH GIESEY: "A teoria e a prática da realza na França por exemplo, poderiam ser globalmente compreendidas sem grande recurso aos estudos sobre os ritos; assim, aliás, procediam os eruditos do século XIX e do início do século XX. O problema, tal qual me parece hoje, é de manter uma convergência entre uma História constitucional elaborada de longa data, na qual eu incluo os aspectos jurídicos e políticos, mas também teológicos e filosóficos do poder, e uma compreensão sensível da realza que manejam com talento os antropólogos para estudar sociedades sem documentação". Op. cit., p. 579.

78. Um ótimo representante da nova História das Idéias é o historiador de Cambridge, QUENTIN SKINNER. Abandonando o modelo tradicional das grandes obras e das grandes correntes de pensamento político, Skinner desce ao leito largo das diversas tendências, dos autores menores e esquecidos, integrando seus textos ao contexto de época. *Los fundamentos del pensamiento político moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

79. RICHARD BONNEY, *L'absolutisme*. Paris: PUF, 1989. p. 36.

80. Como realça um dos representantes dessa escola, LAWRENCE M. BRYANT "cada cerimônia particular necessita de anulações e de junções segundo o contexto histórico. A cada época, o conjunto das celebrações é o resultado da seleção e do poder criativo da comunidade dos participantes e não a repetição contínua de fórmulas rituais". "La cérémonie de l'entrée à Paris au Moyen Age", *Annales Esc*, n. 03, 1986, p. 515. L. M. Bryant se refere às flutuações verificadas em apenas uma das cerimônias reais, as entradas. O Leito de Justiça, por exemplo, assume vários aspectos em sua curta história de dois séculos. Em certas situações perde parte de sua função cerimonial para assumir um caráter de assembléia consultiva ou deliberativa. Em várias outras conjunturas, reencontra sua função simbólica, o que Sarah Hanley chamou de "guerra de rituais". L. M. Bryant ressalta a ação do círculo fechado dos mestres de cerimônia que "controlam metáforas e imagens com o propósito de influenciar e orientar a vida social". Entretanto, não se trata de uma pura e simples manipulação de uma elite política que deve obedecer às tradições rituais.

81. "É impossível pensar a celebração no Ocidente, pelo menos até uma data tardia, fora do modelo religioso". A. BOUREAU, op. cit., p. 1260.

82. MARINA VALENSISE, "La sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française", *Annales Esc*, Paris n. 03, 1986. p. 544.

83. "A singularidade da sagração de Reims, diferente e superior a todas as outras sagrações é que, tudo passando pelo crivo da igreja e a transmissão apostólica, e solidamente apoiada sobre as referências escriturárias precisas da unção de Davi por Samuel, emana diretamente de Deus por uma investidura miraculosa que não se pode negligenciar nem falsear o sentido, tanto no que concerne ao rito quanto no que respeita ao futuro brilho da realeza francesa. Porque é em verdade a realeza de Cristo que é de início afirmada pela sagração". HENRY MONTAIGU, *La Couronne de feu: introduction à la lecture symbolique de l'Histoire de France*, Paris: Dervy-Livres, 1987. p. 172.

84. MIRCEA ELIADE emprega o conceito para exemplificar aqueles pontos terrestres privilegiados ao redor dos quais um determinado território se torna habitável e se transforma em sociedade. A realeza sagrada do Antigo Regime seria um desses *axis mundi*, atuando entre dois níveis cósmicos por meio de uma abertura para o sobrenatural. Cf. *Lo sagrado y lo profano*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1967. Em *O ramo de ouro*, JAMES FRAZER mostra como o rei-sacerdote do bosque sagrado de Nemi torna-se o centro, o ponto comunicante entre os homens e as forças sobrenaturais, ao se apoderar de um desses pilares cósmicos, um ramo dourado que brota de um carvalho. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. (Prefácio de Darcy Ribeiro).

Endereço do Autor:

Rua Venceslau Braz, 485

31540-670 Belo Horizonte — MG